

GABRIEL TRIGUEIRO

HISTORIADOR

O FENÔMENO

TRUMP

**ERA UMA VEZ
NA AMÉRICA**



Ao contrário do que acredita boa parte da imprensa internacional e da análise política, a vitória de Donald Trump nas eleições presidenciais norte-americanas representa o *fim* do movimento conservador nos EUA. E não o seu contrário. Ou por outra, representa ao menos o fim do movimento conservador tal qual o conhecíamos até então. O que não é pouco, há de se convir.

Aliás, há uma anedota recorrente sobre o movimento conservador nos EUA: não é que a candidatura presidencial do senador Barry Goldwater, em 1964, tenha fracassado. Apenas levou dezesseis anos para que os votos fossem contados.

O chiste chama a atenção para o fato de que foi somente em 1980, com a vitória presidencial de Ronald Reagan, pelo Partido Republicano, que o movimento conservador pôde enfim alcançar a máquina do Executivo federal em Washington. Isso, aliás, foi apenas possível e viabilizado por-

que em 1964, ideias, programas políticos, discursos e rotas de ações puderam ser testados em caráter experimental com a candidatura Goldwater. Algo que pode ser interpretado historicamente como um fracasso a curto prazo, mas uma vitória ideológica a médio e talvez a longo.

Com a eleição de Donald Trump, muito se falou sobre a “bolha” da esquerda norte-americana. Ou, em outros termos, sobre o seu fechamento epistêmico. A ideia central era a de que a maioria esmagadora dos analistas políticos e da imprensa progressista foi surpreendida pelo



resultado final das eleições gerais devido a uma conjunção de *wishful thinking* e um discurso reiterativo das próprias certezas, valores e preconceitos.

Algo que, ao fim e ao cabo, atuou como uma espécie de câmara de ressonância acerca de sua explícita preferência política pela candidatura Hillary Clinton. A mera hipótese da vitória de Donald Trump jamais foi levada devidamente a sério pela análise respeitável e *mainstream* dos EUA.

No entanto, o argumento que usaremos aqui vai na mão inversa. Isto é, se é uma verdade que os liberais norte-americanos, e a maior parte da esquerda, foi surpreendida pelo fenômeno Trump, é igualmente verdade que o mesmo ocorreu com os conservadores. Aliás, mais que isso. Sua candidatura atuou de modo completamente disruptivo no *establishment* Republicano. Mas não somente.

É preciso lembrar, por exemplo, que ainda durante o processo das primárias Republicanas, Donald Trump se insurgiu contra os dois maiores eixos de poder midiático do movimento conservador norte-americano: o canal a cabo todo-poderoso *Fox News* e a *National Review* (NR), a revista que, com alguma justiça, pode-se afirmar que inventou o moderno movimento conservador, ainda em 1955.

Além disso, a história da nomeação de Trump pode ser contada sob duas perspectivas diferentes: obviamente a partir de sua vitória, mas igualmente a partir da derrota dos outros candidatos Republicanos, cada um deles razoavelmente abençoado e referendado pelo *establishment* partidário, em graus variados.

É preciso recordar, por exemplo, que com seu status de *outsider*, Donald Trump foi capaz de derrotar, com razoável facilidade, alguém como Jeb Bush, membro de

uma das principais oligarquias do Partido Republicano.

Ao longo das últimas décadas, mas sobretudo a partir dos anos 80, a nomeação Republicana, ao longo do processo de primárias, se deu, entre outras coisas, a partir de uma afirmação positiva de credenciais políticas conservadoras.

Isto é, trata-se de um embate que é basicamente identitário. Isso significa na prática que os candidatos à nomeação à disputa presidencial basicamente acenam aos movimentos de base e à militância política a partir de uma chave implícita (e por vezes explícita) de que “Eu sou mais conservador, e, portanto, mais ideologicamente comprometido, e portanto mais confiável, do que este, aquele e aquele outro”. Nesta chave, por exemplo, o senador pelo Estado do Texas, Ted Cruz, era a aposta mais segura aos olhos de um movimento reivindicador de pureza ideológica e de princípios como o Tea Party. No

SE É UMA VERDADE QUE A
MAIOR PARTE DA ESQUERDA FOI
SURPREENDIDA PELO FENÔMENO

TRUMP

É IGUALMENTE VERDADE QUE O
MESMO OCORREU COM OS
CONSERVADORES

entanto, uma das principais lições advindas da vitória de Donald Trump, e este é um dos pontos principais deste artigo, é a de que o movimento conservador norte-americano foi vítima de autoindulgência por parte de suas lideranças e da falta de renovação de ideias e argumentos ao longo das últimas décadas. Aliás, a principal diferença entre o Tea Party e o trumpismo, enquanto fenômeno político e cultural, é o fato de que o primeiro era uma afirmação populista do “verdadeiro conservadorismo”, o segundo é uma expressão populista de descontentamento com as tradições políticas mainstream norte-americanas (isto é, a liberal, é claro, mas também, e em grande medida, a conservadora).

Mais do que isso, de algum modo ficou patente o quanto o movimento conservador norte-americano criou uma estrutura intelectual profissional (composta por *think tanks*, periódicos, programas de rádio

etc.) que de algum modo se calcificou no *establishment* político, e ao criar uma determinada ortodoxia própria, se tornou refém dela — o que gerou sua própria insularização da sociedade e das preocupações e anseios de amplos segmentos da sociedade.

Em outros termos, a história da ascensão de Donald Trump na máquina partidária Republicana, e sua posterior vitória nas eleições gerais, é a história de como o movimento conservador norte-americano superestimou a importância conferida pela população dos EUA como um todo ao conjunto de seus princípios mais básicos (simplificando, a tradicional cantilena sobre governo limitado, intervencionismo no plano externo e uma moralidade privada condicionada por uma religiosidade cristã).

Com o fim da Guerra Fria, durante a administração Ronald Reagan, a agenda conservadora gozava de considerável prestígio junto à sociedade. Naquela época, a conjunção de uma política externa assertiva com uma economia orientada a partir de uma ideia de desregulamentação econômica gerou resultados positivos concretos segundo a percepção de boa parte da sociedade.

É de tal sorte que mesmo o Partido Democrata se viu obrigado a mimetizar parte do léxico empregado pelos conservadores do Partido Republicano. Basta recordarmos do presidente Clinton falando que “A era do governo grande acabou”, por exemplo.

Entretanto, ao longo dos dois mandatos de George W. Bush, o espólio de duas guerras altamente custosas (Afeganistão e Iraque) somado à crise do sistema financeiro em 2008, iria cobrar um preço alto. Não apenas em termos eleitorais,

mas sobretudo em termos de credibilidade do discurso e programa político conservadores.

Em resumo, a eleição presidencial de Donald Trump deve ser tratada não apenas como uma reação à esquerda identitária e à correção política nos *campi* universitários norte-americanos, como muitos apontaram com alguma parcela de razão, mas igualmente como uma espécie de *backlash* ao próprio movimento conservador de modo geral, tal qual ele estava organizado política e intelectualmente ao menos desde o pós-Segunda Guerra Mundial.

A nossa hipótese aqui é a de que o fenômeno Trump não deve ser compreendido a partir do quadro político clássico norte-americano: liberal e conservador. Isto é, a ideia aqui é a de que o trumpismo, de modo geral, deve ser lido como a manifestação de uma sensibilidade populista endêmica aos EUA, presente ao menos desde a Independência.

Algo que é interessante observar é o caráter altamente adaptativo do populismo norte-americano. Isso significa na prática que é possível notar derivações à esquerda e à direita de sua retórica ao longo da história dos EUA. Aqui, no entanto, é importante admitir que a expressão “populismo” (ou por outra, a pecha de “populista”) é uma daquelas expressões usadas e abusadas na política cotidiana por sofistas de variadas colorações ideológicas. De tal sorte que, sob o risco de lidarmos com um termo vazio de significado, é importante que passemos agora a um exame conceitual rigoroso e atento do termo.

Aqui é instrutivo examinarmos as primeiras manifestações da retórica populista norte-americana. Para tanto, é interessante recuarmos historicamente até os EUA pré-Guerra Civil. O discurso populista, já naquela época, incorporava duas principais correntes filosóficas e lexicais (KAZIN, 1995:10-11).

PARA OS FUNDADORES
DA REPÚBLICA, HOMENS
COMO WASHINGTON,

JEFFERSON,

ADAMS E MADISON,
A EXPRESSÃO “NÓS, O POVO”
ERA INTENCIONALMENTE VAGA

Em primeiro lugar, um impulso religioso, derivado da Reforma Protestante, animado por sucessivos “grandes despertares”, caracterizado por uma oratória inflamada e emocional, além de uma crença em um Deus pessoal, não mediado por qualquer tipo de autoridade espiritual.

Em segundo lugar, uma fé secular no Iluminismo e na ideia de que as pessoas comuns são capazes de agir racionalmente e orientadas a partir de uma noção de bem comum, se deixadas sob sua própria sorte. Foi precisamente esse tipo de crença (iluminista e secular) que animou o radicalismo político de homens como Thomas Jefferson e Thomas Paine.

Se, por um lado, foi Jefferson quem classificou na Declaração de Independência o reinado de Jorge III como um “despotismo absoluto” “autoevidente”, foi Paine quem se referiu, em seu *Common Sense*, à Coroa britânica, da mesma forma como “todas as monarquias”, como uma instituição baseada em “antigos preconceitos”, “superstições”, e apenas destinada ao exercício de um poder arbitrário que deveria ser combatido com extrema urgência moral (KAZIN, 1995:11).

Ao longo do século XIX, as duas correntes que informavam a sensibilidade norte-americana coexistiam em harmonia. Isto é, tanto o impulso religioso quanto o racionalista compartilhavam praticamente a mesma retórica, política partidária e pontos de dissenso. Aqui, no entanto, é importante examinar o contexto histórico. Como recorda Michael Kazin, da virada do século até a década de 1830, os dois grupos (o religioso e o secular) foram impactados pela rápida expansão da democracia e dos direitos políticos nos EUA.

Não apenas homens brancos ganharam acesso ao sufrágio universal, como

igualmente trabalhadores de ambos os sexos começaram a se organizar politicamente nos primeiros sindicatos. Ao mesmo tempo, surgia um sem-número de novas igrejas (Metodista, Batista, Mórmon, por exemplo) que eram, por assim dizer, mais dinâmicas, populares e flexíveis do que as denominações mais antigas, tão afeitas a noções de hierarquia, comando e deferência.

Soma-se a isso o crescimento de uma imprensa de corte extremamente popular (*penny press*) e só aí conseguimos compreender a emergência da retórica populista norte-americana no século XIX (idem).

Uma das principais ideias do populismo norte-americano se refere à noção de “americanismo”. O americanismo deve ser compreendido como a leitura de que os EUA são mistura particular de uma agenda liberal e republicana.

Isto é, ao mesmo tempo em que há a afirmação de valores liberais como a liberdade de expressão e a busca pelo autointeresse individual, há igualmente uma asserção de um certo republicanismo cívico, favorável ao bem comum e pautado a partir de uma ideia de moralidade pública, virtude e autorrestrição.¹

Aqui o ponto principal é compreender que o “americanismo” se constituiu no elemento mais importante da retórica populista nos EUA. Aliás, isso significava igualmente a ideia de que qualquer consideração política jamais poderia estar em desacordo com a vontade geral do povo norte-americano, sob a pena de ser considerada *unamerican*. Aqui, no entanto, surgia uma indagação razoável: Quem exatamente é o povo?

Para os fundadores da república, homens como Washington, Jefferson, Adams e Madison, a expressão “nós, o povo” era intencionalmente vaga – ela indicava em linhas gerais quem era o soberano, mas não o descrevia com detalhes. Na prática, ao menos naquele momento, a ideia de “povo” se referia aos fazendeiros e mercadores que possuíam recursos próprios suficientes para gozar de autonomia no exercício da “boa cidadania” (KAZIN, 1995:13).

Na época, a compreensão de “povo” se relacionava à ideia de que ele era o principal alicerce da jovem república. Tratava-se de uma classe razoavelmente homogênea, uma “aristocracia natural dos talentosos e virtuosos, guiada por uma Constituição criada a fim de limitar a participação democrática, com vistas a criar uma nação grande e justa” (idem).

No entanto, logo após a Revolução Americana, o significado de “povo” iria mudar sensivelmente. A partir da década de 1790, por exemplo, fazendeiros de Massachusetts se revoltaram contra os altos impostos cobrados pelo governo e passaram a desafiar as cortes, com uma retórica jeffersoniana. O fazendeiro da Nova Inglaterra, William Manning, por exemplo, dividia o povo “entre aqueles que trabalham para viver e aqueles que podem se dar ao luxo de viver sem o seu próprio trabalho manual” – e deixava claro que o primeiro grupo superava quantitativamente o segundo.

No início do século XIX, em meados da década de 1830, a retórica populista havia incorporado a ideia de povo como o equivalente semântico ao indivíduo manufaturador. Isto é, o sujeito capaz de criar riqueza a partir de suas próprias mãos e através do cultivo da terra, por exemplo.

A essa ideia estava subjacente um argumento ético e de ordem prática: a noção de que esse indivíduo produtor, manufaturador, se encontrava em um plano moral superior aos demais. Logo seria questão de tempo até que esse léxico populista fosse adotado por políticos profissionais e oradores de massa.

Outro elemento distintivo extremamente importante no léxico populista era, e ainda é, a ideia de *elite*. A partir de 1790 o recurso retórico à noção de elite se tornou cada vez mais e mais constante. A elite, é evidente, segundo essa chave, era o simétrico oposto ao povo. Isto é, “condescendente, artificial, afetada, manipuladora e dada a intelectualismos em vez de voltada ao pensamento prático, além de sempre dependente do trabalho dos outros” (KAZIN, 1995:15).

Aqui é interessante observar o fato de que todas essas características enumeradas são igualmente características de monarcas e aristocratas. Logo compreende-se o truque retórico presente no argumento populista: ao acusar o inimigo de “elite”, há obviamente uma acusação implícita de que o seu comportamento se encontra em completo desacordo com os ideais republicanos – e por conseguinte, os ideais da América, o que abre o flanco do interlocutor para mais uma acusação, agora de contornos explicitamente xenofóbicos: a de *unamerican*.

É bem verdade que a ideia de elite, como categoria retórica populista, era convenientemente vaga para que pudessem se adequar à perfeição às invectivas direcionadas a um sem-número de grupos sociais, nos contextos históricos mais diversificados.

Por exemplo, para os jeffersonianos a elite a ser combatida era uma conspiração pró-britânica, composta por mercadores, proprietários de terras e pastores conservadores. Para os jacksonianos, elite era sinônimo de “elite financeira”, e estava intimamente associada a uma casta de indivíduos “bem-nascidos e cosmopolitas” (KAZIN, 1995:16).

Já para os ativistas do Partido Republicano, de meados da década de 1850, elite era um termo que fazia referência direta à elite agrária e escravista do Sul dos EUA. Em todos esses casos, a ideia central subjacente ao argumento populista se refere à noção de que um corpo político, outrora saudável e democrático, foi tomado de assalto por um grupo restrito, poderoso e com interesses e uma agenda política completamente distintos do grosso da sociedade.

Além disso, havia (e ainda há) a crença populista de que com demasiada frequência esses grupos possuíam ingerência em campos de atividade variados como governo, economia e cultura.

A alternativa que restava aos populistas, ou ao menos assim lhes parecia, era a adoção de uma linguagem marcial, na qual termos como “batalhas”, “cruzadas” e “campanhas” eram frequentemente empregados contra seus adversários.

De todo modo, igualmente importante para os populistas era, através de meios não violentos, salvar/resgatar “os ideais da nação e promover o bem-estar das pessoas comuns” (KAZIN, 1995:16). O léxico populista norte-americano desde o início se afinou à ideia de resgate dos “princípios nacionais tradicionais”. Algo representado à perfeição pelo slogan de campanha de Donald Trump, aliás: *Make America Great Again*.

Ademais, a agenda populista nos EUA, em termos genéricos, invariavelmente se ocupou em prometer “consertar” alguma instituição (o Congresso, a presidência etc.) da influência tóxica das elites locais. Como recorda Kazin, “a exortação a uma visão romântica da América ‘real’ era um instrumento de limpeza e purificação” (idem).

É igualmente instrutivo examinarmos a forma com a qual a imprensa popular da época (*penny press*) se relacionava com o argumento populista. Dá subsídios, inclusive, para compreendermos a conexão da política de Donald Trump e um veículo como o site *Breitbart*, que cresceu se afirmando contra o modelo de imprensa hegemônico liberal e conservador.

Indivíduos como James Gordon Bennett, do *New York Herald*, e Horace Greeley, do *New York Tribune*, foram precursores da chamada *penny press* norte-americana do século XIX. Ambos os jornais publicavam registros gráficos e ocasionalmente sensacionalistas de crimes e da política cotidiana dos EUA da época – sempre a partir do ponto de vista de seus leitores, predominantemente da classe trabalhadora.

Bennett, por exemplo, gostava de se referir aos seus rivais da imprensa como “*Wall Street Press*”, a imprensa “chique” e destinada aos homens de negócios e profissionais liberais de classe média alta, não somente completamente apartada da classe trabalhadora, mas frequentemente contrária a ela (KAZIN, 1995:21).

A *penny press* refletia os ideais jacksonianos de virilidade, masculinidade e “branquidade” (*whiteness*). Havia a percepção de que uma elite de “aristocratas” conspirava constantemente contra o bem-estar econômico e social do ameri-

cano médio. Ora esta elite/aristocracia se referia aos industriais do Norte, simpáticos à causa abolicionista, ora se referia aos escravocratas donos de *plantation* do Sul. Na retórica populista, o negro escravo, o abolicionista e o industrial eram todos eles inimigos jurados do americano comum, da classe trabalhadora. Logo deveriam ser combatidos com absolutamente a mesma urgência moral.

No entanto, para compreendermos o fenômeno Trump, é necessário que saltemos algumas décadas. Ao longo da década de 1960 ocorreria o contexto adequado para que sucedesse a consolidação do moderno movimento conservador, iniciado de modo ainda incipiente no pós-Segunda Guerra.

Com a escalada da intervenção militar norte-americana na Indochina, ocorria em paralelo a emergência da Nova Esquerda, sobretudo nos *campi* universitários norte-americanos. Pautados pela ação direta, pelo combate ao racismo e por uma agenda sensivelmente antimilitarista, a política da Nova Esquerda acabava se encontrando, no mais das vezes, insularizada no ambiente acadêmico e universitário.

A verdade é que havia um amplo contingente de trabalhadores brancos, com reduzida instrução formal, que não se percebiam como beneficiários políticos daqueles anos de suposta afluência econômica da sociedade norte-americana.

Aliás, mais que isso, parecia haver, segundo a leitura majoritária desse eleitorado, uma espécie de polarização política (ainda que endógena ao Partido Democrata) extremamente nociva, tóxica mesmo, aos interesses do americano médio: de um lado a corrente *mainstream*, os liberais e sua trágica Guerra do Vietnã,

e do outro os radicais associados à Nova Esquerda, e seus protestos nos *campi* norte-americanos, além de seu vocabulário identitário e confrontacional, é claro.

As campanhas presidenciais de George Wallace, de 1964 e 1968, ainda que sequer o tenham aproximado da Casa Branca, de certo modo abriram um canal

direto de diálogo político com a classe trabalhadora branca, remanescente da co-alização do *New Deal*, mas que até então se encontrava alienada pelas alas liberal e radical do Partido Democrata.

Em meados da década de 1960, como mencionamos anteriormente, estava em curso a consolidação do moderno



movimento conservador, capitaneado por William Buckley Jr., e sua influente revista, a *National Review* — a principal vitrine intelectual dos intelectuais conservadores daquele período.

No entanto, àquela época, havia um grande problema: o conservadorismo buckleyano levaria ainda algum tempo até que conseguisse estabelecer uma conexão com seu público-alvo. Isto é, em um primeiro momento, a linguagem conservadora da *National Review* ainda era excessivamente afeita a uma ideia de *gentlemanship*. Era uma linguagem na qual se podia encontrar citações em latim, sofisticados argumentos constitucionalistas, áridos debates teológicos e discussões atentas de filigranas de filosofia escolástica.

Isto é, tratava-se de um conservadorismo com um sotaque notoriamente afinado a uma elite da Nova Inglaterra. Eis aí o primeiro grande dilema político do movimento conservador norte-americano: como enfrentar a suposta arrogância e afetação intelectual de seus antagonistas liberais, se eles próprios se encontravam culturalmente insularizados do resto do povo?

A candidatura de Barry Goldwater, então senador do Estado do Arizona, conseguiu, a partir de sua oposição explícita ao *Civil Rights Act* de 1964, lançar as bases iniciais do que viria a ser conhecido como “a estratégia para o Sul” dos Republicanos.

Ainda que a justificativa primária de Goldwater com relação a sua oposição ao *Civil Rights Act* fosse baseada em uma argumentação estritamente afinada a uma ideia de *states rights*, isto é, algo muito mais ancorado na conjunção de sua ortodoxia federalista com seu antiestatismo, do que em qualquer pauta *white suprema-*

É INTERESSANTE NOTAR QUE, DURANTE A CAMPANHA PRESIDENCIAL DE DONALD

TRUMP

HOUVE UM SEM-NÚMERO DE EMBATES E CHOQUES DO CANDIDATO COM O ESTABLISHMENT CONSERVADOR

cist explícita, a verdade nua e crua era a de que o candidato do Partido Republicano se posicionava de modo inequívoco diante da principal questão da política nacional da época.

De todo modo, antes que o Partido Republicano se tornasse “o partido dos brancos”, as candidaturas de George Wallace como Democrata, em 1964 e 1968, gozavam de mais prestígio e habilidade ao se comunicar com o eleitorado branco do Sul, a partir de um vernáculo populista e americanista.

George Wallace, a propósito, foi igualmente hábil em canalizar politicamente o ressentimento racial presente nos estados do Sul. A cada acusação que recebia de estar mobilizando temas de contornos explicitamente raciais, logo ele se defendia argumentando que as críticas dirigidas a ele eram meras “cortinas de fumaça” para a discussão de temas realmente importantes, como o desemprego e os problemas

econômicos dos trabalhadores brancos sulistas, além de questões referentes à deterioração da segurança pública.

Para Wallace a “cortina de fumaça” era produzida por uma coalizão costurada entre jornalistas liberais e os radicais da Nova Esquerda. A propósito, uma passagem que ilustra à perfeição o mesmo tipo de dinâmica (imprensa liberal/político populista) que viria a ocorrer à exaustão com Donald Trump, durante o processo eleitoral de 2016, foi o perfil de George Wallace, feito pela jornalista Elizabeth Hardwick, para a *New York Review of Books* — na época um periódico politicamente próximo à Nova Esquerda. No perfil escrito por Hardwick, Wallace surgia como um sujeito de “cabelo oleoso”, “aparência humilde” e gosto descerimonioso. O título da peça era “Mr. America”, uma zombaria com o fato de Wallace não possuir qualquer distinção (física e cultural, sobretudo) de um americano comum da classe trabalhadora.

A ideia da jornalista era atacar o político com ironia e sarcasmo, mas no entanto o tiro saiu pela culatra. A um só tempo o tom irônico do artigo reiterava as acusações de esnobismo, elitismo e afetação dirigidas à imprensa *mainstream*, por parte de Wallace, e ainda ficava explícito a proximidade cultural do candidato populista com o americano médio, da classe trabalhadora – seu eleitorado, portanto (KAZIN, 1995:235).

George Wallace se referia à elite que se opunha a ele e ao seu eleitorado como “burocratas” e “teóricos” que pareciam crer que seu berço e educação superiores proporcionava a capacidade de escolher arrogantemente aquilo que era melhor para o resto da população.

Aqui é instrutivo observarmos um elemento de distinção explícita entre a visão de mundo populista de Wallace e a do nascente movimento conservador, nas décadas de 1950 e 1960 nos EUA. Enquanto os conservadores equacionavam na maior parte das vezes o Estado como uma espécie de antessala para o comunismo, e portanto como o inimigo a ser combatido, Wallace era favorável a intervenções governamentais que estivessem a serviço do cidadão comum.

Sua formação política ainda era a de um Democrata pós-Roosevelt, portanto. Seu, digamos assim, público-alvo ainda era parte daquilo que ficou conhecido como a *New Deal coalition* (operários sindicalizados, trabalhadores de fábricas, fazendeiros e a população branca do Sul, para citar alguns).

Para ele, se o governo se mantivesse longe dos sindicatos, da igreja e da vida familiar, era possível até pensar em algum tipo de coexistência pacífica (KAZIN, 1995:236). Aqui chegamos a mais uma

distinção importante entre o populismo wallaceano e o conservadorismo da *National Review*.

O principal elemento responsável pela coalizão conservadora agrupada na revista de Buckley era sem dúvida alguma o anticomunismo. Havia a percepção de que a batalha ideológica deveria anteceder a disputa política propriamente dita.

Ainda que Wallace sem dúvida alguma repudiasse o comunismo, esta jamais foi sua principal bandeira. O combate à desgregação forçada, a partir de uma decisão da Suprema Corte, ocupava esse lugar no seu discurso. Seu discurso possuía um inequívoco tom racial e nacionalista.

Aqui há outro paralelismo histórico muito interessante com relação à candidatura Trump em 2016 e a candidatura Wallace em 1968. Em ambos os casos observou-se um movimento dos conservadores respeitáveis, na ausência de um termo melhor, na direção de não permitir que um populista fosse parte do movimento.

Na década de 1950, quando William Buckley Jr. criou sua *National Review*, seu principal objetivo era o de inaugurar um movimento conservador que fosse politicamente e intelectualmente respeitável. Apesar de suas inúmeras invectivas dirigidas ao *establishment*, e do tom invariavelmente confrontacional, seu propósito real era o de se integrar ao *status quo* político e cultural, e não o contrário. Já o mesmo não poderia ser dito de Wallace.

Buckley e os demais conservadores agrupados em torno da *National Review* viam com apreensão, para dizer o mínimo, os constantes ataques de Wallace dirigidos aos “intelectuais”, além de sua postura simpática ao estado de bem-estar

e do seu uso sem cerimônias de uma retórica visivelmente racista.

Durante sua campanha de 1968, George Wallace teria que lidar com a frequente acusação de “demagogo”, feita pelos conservadores. Aliás, foi alguém como Frank Meyer, na época um influente intelectual associado à *National Review*, quem sustentou o ponto de que a agenda populista de Wallace era “o oposto radical do conservadorismo”. Além disso, havia sido ninguém menos do que o próprio William Buckley Jr., durante um debate na tevê, quem chamara Wallace de um “racista” e um “aspirante a ditador”.

A criação de uma identidade se faz não apenas por adição, mas igualmente por exclusão, subtração. É de tal sorte que, em um dado momento ainda nos anos iniciais, o movimento conservador inaugurado no pós-Segunda Guerra teve que confrontar a sua ala radical e extremista.

O argumento geral era o de que essa franja do movimento poderia desqualificar a agenda conservadora como um todo. Não foi por outro motivo que, desde cedo, racistas, antissemitas e populistas radicais foram sumariamente excluídos do movimento. É interessante notar que, durante a campanha presidencial de Donald Trump em 2016, houve um sem-número de embates e choques do candidato Republicano com o *establishment* conservador. A exemplo do que acontecera com a campanha de George Wallace, há quase cinco décadas, um de seus grandes inimigos à direita foi a própria *National Review*.

Não foi à toa que os editores colocaram em circulação nada mais nada menos do que uma edição especial com a sugestiva capa “*Against Trump*”, na qual um sem-número de renomados intelectuais do movimento, de seus mais diversos

segmentos, escreveram artigos contrários à candidatura Trump e ao trumpismo como movimento e fenômeno político.

Até aqui, entretanto, observamos prioritariamente os precedentes *políticos* que auxiliam na compreensão da eleição de Donald Trump, em 2016. No entanto, agora é importante que passemos a precedentes de outra ordem: os intelectuais e ideológicos.

Como argumentamos anteriormente, o movimento conservador norte-americano nascido no pós-Segunda Guerra forjou sua identidade política e cultural a partir da exclusão de determinadas agendas, repertórios, linguagens e posições. Um dos principais vetores normativos do movimento foi a revista *National Review*, criada por William Buckley.

Assim que Buckley e os demais intelectuais associados à NR lançaram as bases iniciais para o estabelecimento do moderno movimento conservador, uma de suas principais preocupações era criar uma distinção explícita entre o seu projeto político e aquilo que era conhecido como a Velha Direita (*Old Right*) – isto é, o segmento da sociedade civil que basicamente se agrupou, nas primeiras décadas do século XX, a partir de uma crítica ao *New Deal* do presidente Franklin Delano Roosevelt, além de uma postura de anti-intervencionismo militar e ultranacionalismo (de tons frequentemente antissemitas e xenofóbicos, é bom recordar).

No entanto, se a *entourage* de Buckley obteve sucesso ao balcanizar a maior parte dos argumentos e proposições política da Velha Direita, é importante deixar claro que eles jamais desapareceram por completo do ambiente intelectual norte-americano; antes ficaram circunscritos a alguns poucos periódicos de pequena

circulação como *Chronicles*, *American Renaissance* (frequentemente descrita como um veículo pró-supremacia branca) e a *The American Conservative*. Aqui é importante que passemos a um de seus principais porta-vozes intelectual: Samuel T. Francis (1947-2005).

Samuel Francis, frequentemente chamado de Sam Francis, era um dos principais críticos daquilo que chamava de “the Beltway Right” – isto é, todo o círculo profissional composto por lobistas, intelectuais conservadores associados a *think*

tanks, organizações, periódicos de direita e empresas contratantes próximas à burocracia do governo federal, em Washington.

Em outras palavras, Sam Francis era um dos principais críticos à direita do *establishment* conservador, tal qual ele estava organizado. Um de seus argumentos era o de que o processo de profissionalização do movimento conservador, e sua subsequente integração ao *mainstream* político, havia conferido respeitabilidade e recursos financeiros, mas cobrara um custo muito alto: sua insularização das



preocupações e anseios do trabalhador americano médio.

Para Francis, os conservadores haviam ficado reféns de uma armadilha de classe criada por eles próprios. Agora era conveniente se reaproximar da população como um todo e romper o fechamento epistêmico que atuava em uma esfera cultural, política e intelectual.

Ainda em 2003, por exemplo, Francis apontava a obsessão da direita norte-americana com o *Medicare*. Para ele, isso era fruto de uma preocupação excessiva com questões econômicas. Segundo ele “Para a *Beltway Right* é ok se lançar em guerras desnecessárias e deixar o país ser invadido por imigrantes do Terceiro Mundo. Aparentemente a única coisa que a preocupa é o gasto governamental.” (FRANCIS, 2006: posição 1173).

Ainda no início dos anos 2000, já podíamos observar portanto Sam Francis destacar dois temas frequentemente ignorados pelo movimento conservador *mainstream*: o endurecimento das políticas migratórias norte-americanas e uma agenda de política externa anti-intervencionista. Não por acaso dois tópicos que apareceriam com força na campanha presidencial de Trump, em 2016.

A falta de adesão da elite partidária a esses temas de modo algum significava que eles eram irrelevantes, e menos ainda que não havia demanda por eles na sociedade civil norte-americana.

Por muito tempo Samuel Francis fora classificado politicamente como um conservador “buchanista”. A menção aqui é obviamente ao intelectual público decano do movimento conservador dos EUA, Patrick J. Buchanan.

É interessante a análise feita por Francis acerca das três candidaturas de

Buchanan à presidência, ao longo da década de 1990 e em 2000 – em 1992 e 1996, durante o processo de primárias do Partido Republicano, e em 2000 como candidato do Partido Reformista.

De acordo com Francis, as candidaturas presidenciais de Buchanan deviam ser compreendidas como “a expressão política formal” daquilo que ele classificara como a “Revolução da América Profunda” (“Middle America Revolution”). A ideia central de Francis havia sido retirada, segundo ele próprio, dos estudos do sociólogo Donald Warren. Sobretudo de seu livro *The Radical Center* (FRANCIS, 2006: posição 4220).

Para Warren, a chave central para a compreensão da política norte-americana estava no segmento social que ele classificava como MARS (“Middle American Radicals”, ou em livre-tradução, Americanos Radicais da América Profunda) – isto é, trabalhadores brancos de renda média, que com frequência possuem algo como uma consciência de classe na qual se percebem como um grupo marginalizado pelo sistema político e explorado pelas elites de Washington.

De acordo com Warren, esse grupo se via como vítima não somente do *big government* (o espantinho retórico frequente do movimento conservador), mas igualmente do *big business*, um ator político com o qual tanto a elite do Partido Democrata quanto a elite do Partido Republicano não viam qualquer problema em estabelecer toda a sorte de triangulações.

Para Warren, os MARS se sentiam alienados pela cultura dominante, além de preteridos por minorias étnicas e por um *establishment* econômico constituído por uma elite insularizada em Washington. Em

sua análise, os MARS foram a “espinha-dorsal” do eleitorado das campanhas políticas nacionais de George Wallace, durante a década de 1960, e das campanhas de Patrick J. Buchanan, na década de 1990. E, acrescento eu, da campanha política de Donald Trump, em 2016.

Outro aspecto que ilustra à perfeição o fenômeno Trump, é o argumento feito por Sam Francis ainda na década de 1990 (FRANCIS, 2006: posição 4336). Para ele, o principal problema a ser enfrentado pelo movimento conservador norte-americano era o seu pendor para o elitismo aristocrático. A sua aversão implícita a qualquer coisa que soasse como populista, na verdade.

Para Francis, a origem desse problema era de origem filosófica: dizia respeito ao papel central da figura de Edmund Burke, o homem de letras e parlamentar irlandês do século XVIII, na genealogia intelectual do movimento. O que ocorria então era um paralelismo histórico tóxico, os conservadores frequentemente se enxergavam como equivalentes à classe aristocrática da Inglaterra do século XVIII. Isto é, como os principais fiadores da ordem e da estabilidade na sociedade. Ainda nessa chave, o povo era lido como uma ameaça despótica potencial. Fosse deixado sem os devidos freios, exerceria um despotismo altamente disruptivo e maligno.

É a partir daí que Donald Trump deve ser compreendido. Se os principais arquitetos do movimento conservador norte-americano do pós-Segunda Guerra (nomes como William Buckley, Russell Kirk e Richard Weaver, para citar alguns) articularam uma crítica política a cultural baseada no tradicionalismo burkeano, Trump é a demolição populista desse projeto de mais de seis décadas.

O argumento aqui não se refere a qualquer tipo de ineditismo dos argumentos de Trump, ao contrário. Argumentos análogos já haviam sido testados politicamente – como no caso das candidaturas de George Wallace e Patrick J. Buchanan, como já observamos. No entanto, o que há de fundamentalmente diferente no fenômeno Trump é o contexto histórico (e político e econômico, a bem da verdade) adequado.

A conjunção de uma crise financeira sistêmica, que acabou provocando uma onda de desempregos e recessão, com duas guerras (Afeganistão e Iraque) de consequências econômicas e humanitárias desastrosas foi a última pá de cal na credibilidade não apenas do sistema político norte-americano como um todo, mas so-

bretudo das elites do Partido Republicano e do argumento conservador.

Em que pese todo o comportamento tóxico e errático de Donald Trump, há que se observar um padrão de racionalidade muito claro. Seus argumentos acerca de políticas migratórias, “nacionalismo econômico” e política externa se inserem em uma tradição intelectual populista longa nos EUA. Qualquer um que busque compreendê-la filosoficamente deverá ler alguém como Samuel Francis, por exemplo. Já seus antecedentes políticos podem ser buscados nas experiências de George Wallace, Pat Buchanan e Ross Perot.

A história da ascensão de Donald Trump na máquina Republicana não é tanto a sua história de sucesso e muito

mais a do fracasso (ainda que temporário) do movimento conservador. O *establishment* político do Partido Republicano no momento se encontra completamente fragmentado e desarticulado.

O maior risco, portanto, é o de que Trump consiga reconstruí-lo à sua imagem e semelhança. O contexto é favorável e há capital político para tanto. Se isso ocorrer, não somente a sociedade norte-americana, mas a comunidade internacional talvez sinta alguma nostalgia, por estranho que soe, dos dois mandatos de George W. Bush. Definitivamente, o tempo não é de otimismo. ●

O autor é doutor em História Comparada pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)
gabrielromerotrigueiro@gmail.com

NOTA DE RODAPÉ

1. Cf. KALYVAS, Andreas; KATZNELSON, Ira. *Liberal Beginnings: Making a Republic for the Moderns*. New York: Cambridge University Press, 2008 (Kindle Edition).

BIBLIOGRAFIA

BELL, Daniel (ed.). *The Radical Right*. New Jersey: Transaction Publishers, 2008.

BOGUS, Carl T. Buckley: *William F. Buckley Jr. and the Rise of American Conservatism*. New York: Bloomsbury Press, 2011.

BRINKLEY, Alan. The Problem of American Conservatism. *American Historical Review*. Volume 99, Edição 2, p. 409-429, Abril/1994.

BUCHANAN, Patrick J. *A Republic Not an Empire*. Washington: Regnery Press, 2002.

_____. *Where The Right Went Wrong*. New York: St. Martin's Griffin, 2005.

BUCKLEY Jr. William F. *God and Man in Yale: 50th Anniversary Edition*. Washington: Gateway Editions, 2001.

DOCHUK, Darren. Revival on the Right: Making Sense of the Conservative Moment in Post-World War II

American History. *History Compass*, 4. p. 975-999, Setembro/2006.

DWAN, David. (Ed.) *The Cambridge Companion to Edmund Burke*. New York: Cambridge University Press, 2012.

EDSALL, Thomas B. *Building Red America: The New Conservative Coalition and the Drive for Permanent Power*. New York: Basic Books, 2006.

EDWARDS, Lee. *The Conservative Revolution: The Movement That Remade America*. New York: The Free Press, 1999.

FRANCIS, Sam. *Shots Fired: Sam Francis on America's Culture War*. Virginia: FGF Books, 2006.

GENOVESE, Eugene D. *The Southern Tradition: The Achievement and Limitations of an American Conservatism*. Cambridge: Harvard University Press, 1996.

HUNTINGTON, Samuel P. "Conservatism as an Ideology". *The American Political Science Review* 51, n.2, pp.454-73, 6/1957.

KOLKO, Gabriel. *The Triumph of Conservatism: A Reinterpretation of American History, 1900-1916*. New York: The Free Press, 1963.

MACIAG, Drew. *Edmund Burke in America: The Contested Career of the Father of Modern Conservatism*. Nova York: Cornell University Press, 2013 [Edição Kindle].

NASH, George. *The Conservative Intellectual Movement in America: since 1945*. New York: Basic Books, 1976.

_____. *Reappraising the Right: The Past & Future of American Conservatism*. Wilmington: ISI Books, 2009.

TRIGUEIRO, Gabriel Romero Lyra. "Conservadorismo: perspectivas conceituais". *Revista Estudos Políticos: a publicação eletrônica semestral do Laboratório de Estudos Hum(e)anos (UFF)*. Rio de Janeiro, Vol. 6 | N. 1, pp. 86-107, dezembro 2015. Disponível em: <http://revistaestudospoliticos.com/wp-content/uploads/2015/12/Vol.6-N.1-p.86-107.pdf>.